

# Financiamento do Clima Pós-Copenhague

## As perguntas de US\$ 100 bilhões

As mudanças climáticas são a maior ameaça ao desenvolvimento, tornando a batalha para superar a pobreza cada vez mais difícil e cara. Há uma necessidade premente de financiamento para ajudar comunidades vulneráveis a se adaptarem a um clima em mutação. No ano passado, o Banco Mundial estimou que os custos da adaptação nos países pobres somariam de US\$ 75 a 100 bilhões por ano se o aquecimento global fosse mantido em 2°C.<sup>1</sup> As insuficientes promessas de metas não obrigatórias apresentadas pelos países ricos em Copenhague sobre o corte de emissões mudariam o curso para catastróficos 4°C.<sup>2</sup>

A atenuação das mudanças climáticas não depende apenas do quanto os países ricos reduzirão suas emissões, mas também de como ajudarão os países em desenvolvimento a reduzir as suas. As economias emergentes e os países mais pobres precisam agora trilhar caminhos de desenvolvimento mais caros do que os que foram seguidos pelos países ricos. Mais recursos serão necessários para financiar os custos adicionais do desenvolvimento limpo nos países em desenvolvimento.

O financiamento do clima não é apenas uma compensação aos países em desenvolvimento pelos custos que lhes foram impostos por um problema que não criaram. É também um investimento entre países ricos e pobres em um futuro comum. Os países ricos não têm como combater as mudanças climáticas somente em seus territórios e vencer.

No ambiente econômico atual, as quantias de recursos necessárias parecem assustadoras, mas estão dentro do campo das possibilidades. É perfeitamente viável que os países ricos levantem centenas de bilhões de dólares de financiamento público a cada ano, por meio de mecanismos inovadores, sem quebrar o sistema bancário.

Em Copenhague, na COP 15, houveram avanços no tema de financiameto, embora limitados. O Acordo de Copenhague<sup>3</sup> propôs o estabelecimento de um “Fundo Verde de Copenhague para o Clima” e incluiu uma vaga promessa dos países ricos de “mobilizar” US\$ 100 bilhões por ano até 2020. O fato de que tal indefinição possa ser considerada um sucesso indica a extensão da frustração com os resultados da COP 15. Não obstante, em 2010 os governos do mundo têm a oportunidade de transformar a ambiguidade em ação:

- estabelecendo um Fundo Verde da ONU que seja justo, transparente e acessível; e

- disponibilizando, até 2013, um conjunto de fontes de financiamento que some pelo menos US\$ 100 bilhões por ano para ajudar pessoas em situação de pobreza a se adaptarem às mudanças climáticas.

Para restabelecer a confiança entre países ricos e pobres e recolocar as negociações de volta nos trilhos de um acordo abrangente, estas questões deverão ser formalmente consensuadas no âmbito da UNFCCC durante a COP-16, que será realizada no México em dezembro de 2010.

O Secretário-Geral das Nações Unidas convocou um Grupo Consultivo de Alto Nível sobre Financiamento do Clima (AGF)<sup>4</sup> para elaborar recomendações antes da reunião no México sobre como os recursos podem ser obtidos. Nesta nota, a Oxfam enumera questões fundamentais que o AGF deve abordar para garantir que fontes de financiamento suficientes e sustentáveis sejam encontradas.

## Avançando em 2010

Pelo menos quatro questões cruciais relativas ao compromisso de US\$ 100 bilhões devem ser respondidas com urgência:

- Essa quantia é suficiente?
- É dinheiro novo?
- São necessários recursos públicos ou privados?
- São necessários empréstimos ou doações?

A Oxfam estima que, para combater as mudanças climáticas, os países pobres precisarão anualmente de pelo menos US\$ 200 bilhões de financiamento público até 2020 acima das metas de ajuda ao desenvolvimento já existentes. Definiremos aqui as razões e explicaremos como isso pode ser feito.

### Essa quantia é suficiente?

Cem bilhões de dólares não são uma quantia insignificante, mas para fazer frente aos custos das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento provavelmente será necessário o dobro disso.

Numerosas estimativas dos custos de mitigação e de adaptação nos países pobres variam de US\$ 110 a US\$ 275 bilhões por ano.<sup>5</sup> A maioria desses cálculos, porém, baseia-se em um aquecimento superior a 2°C – o que pode significar a diferença entre a vida e a morte para pessoas em situação de pobreza. A Oxfam estima que pelo menos US\$ 150 bilhões anuais deverão ser disponibilizados até 2013, aumentando para pelo menos US\$ 200 bilhões anuais até 2020 (US\$ 100 bilhões para adaptação e US\$ 100 bilhões para mitigação).

Esses custos podem ser ainda maiores. As reduções de emissões, muito

timidas, propostas pelos países ricos no Acordo de Copenhague colocaram o mundo em uma rota de aquecimento de aproximadamente 4°C, podendo ser ainda maior em certas regiões, como a África Subsaariana.<sup>6</sup>

Para chegarem a um acordo sobre o financiamento do clima na COP-16, os países ricos precisarão estabelecer fontes de financiamento capazes de acompanhar o aumento das necessidades dos países pobres. A meta de US\$ 100 bilhões por ano é um bom começo, mas deve ser o piso, não o teto, se quisermos evitar uma catástrofe climática global.

## É dinheiro novo?

Segundo a UNFCCC, o Plano de Ação de Bali e o Acordo de Copenhague, os países ricos são obrigados a fornecer recursos financeiros “novos e adicionais” aos países pobres.<sup>7</sup> A pergunta é, “adicionais a quê?”

Muitos países desenvolvidos argumentam que seu financiamento do clima, incluindo compromissos de US\$ 30 bilhões para “início rápido” de 2010 a 2012,<sup>8</sup> é considerado novo e adicional se não está incorporado aos seus fluxos atuais de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). Praticamente todos contabilizarão seus compromissos de início rápido como parte de antigas promessas de aumentar a ODA para o patamar de 0,7% do PIB, acordadas pela primeira vez em 1970. Ou seja, inúmeros países estão anunciando como novos compromissos pactos que haviam sido firmados anteriormente.

Mas o financiamento do clima não é ajuda humanitária. Não é um ato de caridade ou uma expressão de solidariedade para com os países pobres, mas uma obrigação legal no âmbito da UNFCCC. Cumprir essa responsabilidade com fundos que, caso contrário, estariam disponíveis para saúde e educação nos países pobres é injusto. Pior ainda, isso reverteria ganhos de desenvolvimento conquistados com dificuldade nos últimos anos. As mudanças climáticas impõem novos ônus aos países pobres e novos recursos são necessários para atenuá-los.<sup>9</sup>

Em 2010, os países ricos deverão aceitar o fato de que o financiamento do clima deve ser feito com recursos novos e adicionais às metas de ajuda humanitária existentes. Novas maneiras de obter recursos fora dos orçamentos nacionais anuais de ajuda humanitária devem ser encontradas. Seja qual for o método empregado pelos países ricos para obter esses recursos, é preciso fazer mais do que simplesmente reembalar promessas passadas.

## São necessários recursos públicos ou privados?<sup>10</sup>

O Acordo de Copenhague sugere que os US\$ 100 bilhões deverão ser provenientes de uma mistura de recursos públicos e privados. A Oxfam estima que um nível mínimo de financiamento público de US\$ 200 bilhões por ano será necessário para adaptação e mitigação até 2020, de modo a incentivar fluxos do setor privado e atender áreas que geralmente são ignoradas pelos empresários.

### ***A necessidade de financiamento público para adaptação***

O financiamento para adaptação deverá atingir as pessoas mais pobres e vulneráveis do mundo – aquelas que estão na linha de frente da crise climática.

Isso inclui as mulheres agricultoras, que são responsáveis por 60 a 80% da produção de alimentos na maioria dos países em desenvolvimento.<sup>11</sup> O efeito mais devastador das mudanças climáticas sobre a humanidade no futuro próximo provavelmente será o aumento da fome.<sup>12</sup> Nesse sentido, as mulheres agricultoras são a prioridade.

Somente o financiamento público poderá chegar com segurança a essas mulheres e a outras comunidades marginalizadas. As intervenções necessárias – como a produção em mangues ou o desenvolvimento de sistemas de irrigação de pequena escala – não atrairão investimentos do setor privado porque os mesmos não geram lucros, mas são muitas vezes a diferença entre a vida e a morte.

O setor privado investirá em medidas de adaptação para proteger seus investimentos, enquanto a regulação pública poderá ajudar a canalizar os recursos privados para apoiar os esforços de adaptação das comunidades locais.

Porém, as contribuições dos países ricos no âmbito da UNFCCC para o financiamento da adaptação deverão ser feitas exclusivamente com recursos públicos, de modo a garantir que os primeiros e mais afetados por um problema pelo qual são os menos responsáveis obtenham a ajuda de que necessitam.

### ***A necessidade de financiamento público para mitigação***

Segundo a UNFCCC, cabe aos países desenvolvidos arcar com os “custos incrementais totais acordados”<sup>13</sup> das ações de mitigação essenciais nos países em desenvolvimento.

Mesmo que os países ricos obtenham reduções suficientes em seus territórios, será necessário adotar medidas para controlar o crescimento das emissões nos países em desenvolvimento.<sup>14</sup> Os países em desenvolvimento arcarão com custos incrementais para fazer isso. Esses são os custos, por exemplo, de investir em um parque eólico em vez de uma usina mais barata a carvão – os custos adicionais do

desenvolvimento em um mundo que impõe limitações às emissões de carbono.

Por sua própria natureza, esses custos não serão absorvidos apenas pelo setor privado, sempre em busca de lucros. O setor empresarial terá que alocar trilhões em investimentos nas próximas décadas<sup>15</sup> – para construir parques eólicos e outras infra-estruturas com baixa emissão de carbono – mas um nível mínimo de financiamento público será necessário para incentivar suas ações.

Recursos públicos também são necessários para garantir que os resultados favoreçam os mais pobres. Somente o financiamento público pode direcionar os investimentos em sistemas de energia rural de modo a garantir que aqueles que estão fora da economia de mercado formal, particularmente as mulheres, também sejam beneficiados. Não há justiça em um regime climático global que parta da premissa de que aqueles que têm baixa oferta de energia devem continuar assim, indefinidamente.

### **O mercado de carbono é relevante?<sup>16</sup>**

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas tem sido a maior fonte de investimentos em mitigação nos países em desenvolvimento até o presente momento,<sup>17</sup> e muitos países desenvolvidos tentam contabilizar esses fluxos como contribuições para o financiamento do clima no âmbito de uma negociação global. Isso ocorre apesar do fato de que o baixo comprometimento dos países ricos com mitigação resulta na projeção de fluxos de financiamento de carbono inferiores a US\$ 4 bilhões por ano<sup>18</sup> – muito menos que as centenas de bilhões necessárias.

Mas esse financiamento do mercado de carbono é usado para produzir reduções de emissões que são contabilizadas em prol das metas dos países desenvolvidos, não das reduções adicionais necessárias nos países em desenvolvimento. Os países ricos podem gostar da dupla contagem, mas a atmosfera não.

Alguns países ricos, por sua vez, argumentam que os lucros auferidos pelos vendedores de compensações de MDL (*offsets*) – a diferença entre o custo real do abatimento e o preço de mercado do carbono – devem ser contabilizados como uma contribuição para o financiamento do clima. Esses lucros, porém, são obtidos pelo setor privado nos países pobres e mesmo onde são tributados, como na China, não há qualquer garantia de que a receita financiará reduções adicionais das emissões.

Para ser considerado como uma contribuição no âmbito da UNFCCC, o financiamento deve, comprovadamente, propiciar reduções adicionais além daquelas que são computadas como reduções dos países ricos.

## Doações ou empréstimos?

Talvez o AGF considere o uso de empréstimos para financiamento do clima. A Oxfam não vê qualquer utilidade nos empréstimos para adaptação e recomenda a adoção de limites e salvaguardas estritos nos empréstimos para mitigação.

### *Empréstimos para adaptação*

Há uma forte objeção de princípio ao uso de empréstimos para adaptação. Como o financiamento da adaptação não é ajuda humanitária, mas uma obrigação para contribuir no enfrentamento dos danos causados aos países pobres e suas populações pelas emissões excessivas de carbono dos países ricos, somente uma lógica perversa poderia justificar o uso de empréstimos. Oferecer um empréstimo para ajudar pessoas em situação de pobreza a se adaptarem às mudanças climáticas é como bater o carro do seu vizinho e depois lhe oferecer um empréstimo para pagar o conserto.

Em termos mais práticos, os investimentos em medidas de adaptação que podem salvar vidas tendem a ser limitados se os governos souberem que precisarão financiá-los por meio de empréstimos. Tratando-se de investimentos destinados a reduzir a vulnerabilidade (e não para aumentar a capacidade produtiva), há um risco de que os gastos com adaptação sejam os primeiros a ser cortados quando se faz necessário reduzir os orçamentos públicos nacionais. Como as mulheres em situação de pobreza e outros cidadãos vulneráveis são os mais beneficiados por esses recursos, o uso de empréstimos para financiar a adaptação também aumentará – em vez de reduzir – o ônus imposto a essas populações marginalizadas.

### *Empréstimos para mitigação*

Muitos investimentos vitais em mitigação exigem recursos públicos, mas, para alguns projetos, como no setor de energia, empréstimos preferenciais e limitados podem ser uma alternativa apropriada para cobrir alguns dos custos nos países em desenvolvimento.

Para medidas que não gerarão lucros, como a capacitação institucional, ou onde é necessário garantir resultados favoráveis aos mais pobres, como na agricultura e silvicultura, a mitigação deve ser financiada por meio de empréstimos. Entretanto, na ausência de regulação adequada, os empréstimos destinados ao fortalecimento da agricultura, por exemplo, podem ser capturados por grandes empresas do agronegócio, forçando as pessoas em situação de pobreza a abandonar suas terras ou aumentando a vulnerabilidade dos pequenos agricultores, particularmente as mulheres, se os ativos que garantem sua subsistência forem consumidos com a amortização de empréstimos.

A concessão de empréstimos preferenciais pode ser uma maneira apropriada de financiar as reduções de emissões no setor de energia. A razão é que os custos incrementais do investimento em fontes renováveis, em detrimento da energia baseada em combustíveis fósseis,

enquadram-se nas despesas de capital adicionais imediatas necessárias. Assim, em comparação com uma usina a carvão, um parque eólico é mais caro para construir, mas mais barato para operar.

Se os recursos para investir em um parque eólico são mais baratos que os exigidos por uma usina a carvão, os investimentos em energia renovável tornam-se lucrativos. Pesquisas indicam que até US\$ 10 bilhões dos investimentos anuais dos países pobres em energia limpa poderiam ser cobertos concedendo-lhes as mesmas taxas preferenciais de que gozam os países ricos.<sup>19</sup> Para tornar os investimentos no setor de energia ainda mais lucrativos, linhas de crédito podem ser combinadas com empréstimos preferenciais de modo a que sejam mais atraentes em comparação com as oferecidas para combustíveis fósseis.

Entretanto, rigorosos limites devem ser impostos ao volume de financiamento de mitigação fornecido na forma de empréstimos. Estima-se que o setor de energia deva absorver 68% de todos os custos públicos com mitigação na próxima década.<sup>20</sup> A Oxfam avalia que, no máximo, metade desses custos deverá ser considerada adequada para empréstimo, o que significa que não mais que um terço do financiamento total para mitigação será fornecido na forma de empréstimos.

A definição desse limite é necessária para garantir a disponibilidade de financiamento adequado para investimentos em energia nos países que não podem contrair empréstimos adicionais e para comunidades rurais pobres que atualmente não têm acesso à energia. Os países desenvolvidos deverão ser fiadores de todos os empréstimos e não deverão impor condições econômicas e políticas inadequadas, que, além de ilegítimas, prejudicariam o planejamento nacional da transformação econômica para baixas emissões de carbono.

É crucial que os países ricos só recebam crédito nos termos da UNFCCC pelo componente de recursos não reembolsáveis de qualquer empréstimo preferencial.<sup>21</sup> Empréstimos não equivalem a um almoço grátis – somente seu valor real para os países pobres deve ser levado em conta.

Em suma, o financiamento público para adaptação deve ser fornecido inteiramente na forma de doações. Para mitigação, limites estritos devem ser estipulados para garantir que pelo menos dois terços do financiamento público seja disponibilizado por meio de doações e não mais que um terço por meio de empréstimos preferenciais. No caso dos empréstimos preferenciais, somente o componente de repasses não reembolsáveis poderá ser contabilizado para as obrigações junto à UNFCCC.

## De onde virá o dinheiro?

Até a COP-16 no México, as Partes deverão ter chegado a um consenso quanto à escala do financiamento público dos países ricos necessário para adaptação e mitigação nos países pobres. As fontes de financiamento identificadas deverão satisfazer alguns princípios básicos. Elas precisam ser:

- confiáveis e previsíveis;
- capazes de se expandir para atender às necessidades; e
- equitativas e baseadas na responsabilidade pelas emissões e capacidade de pagamento.

A Figura 1 ilustra um roteiro de financiamento público do clima a longo prazo que satisfaz esses princípios dentro dos parâmetros descritos. Não é definitivo,<sup>22</sup> mas mostra que é possível aos países ricos mobilizar centenas de bilhões de dólares de financiamento público a cada ano sem quebrar o sistema bancário. Mais detalhes sobre as fontes individuais são fornecidos no Quadro 1.

### Quadro 1: Fontes de financiamento do clima

- 1. US\$ 75 bilhões/ano de doações até 2013 a partir de contribuições proporcionais dos países desenvolvidos**
  - Compromissos obrigatórios de acordo com a responsabilidade (pelas emissões históricas) e capacidade (de pagamento).
  - Esses fundos podem ser provenientes, por exemplo, do leilão de permissões de emissão em Medidas de Negociação de Emissões Domésticas ou dos recursos orçamentários que são usados atualmente para subsidiar combustíveis fósseis.
- 2. US\$ 100 bilhões/ano de doações até 2013 a partir das receitas obtidas pelos países desenvolvidos com um Imposto sobre Transações Financeiras**
  - Uma micro taxa média de apenas 0,05% sobre certas transações financeiras poderia gerar até US\$ 400 bilhões por ano; 50% das receitas poderiam ser usadas para cobrir déficits orçamentários, 25% destinadas ao desenvolvimento internacional e 25% ao financiamento do clima.<sup>23</sup>
  - Há atualmente um interesse significativo do G20 na aplicação de novas tarifas ao setor bancário para repor os custos da recessão econômica, o que também pode ser usado para financiar problemáticas globais urgentes.
- 3. US\$ 16 bilhões/ano até 2012 como empréstimos preferenciais, obtidos com o uso de Direitos Especiais de Saque (DES) para emitir "títulos verdes"**
  - Os DES são um ativo de reserva criado pelo FMI. Usando US\$ 120 bilhões de DES de países desenvolvidos como capital, "títulos verdes" podem ser emitidos, captando US\$ 40 bilhões por ano para serem direcionados como empréstimos preferenciais a investimentos em energia limpa.
  - Somente o componente de doação dos empréstimos – seu valor real para os países pobres – deverá ser contabilizado nos termos da UNFCCC



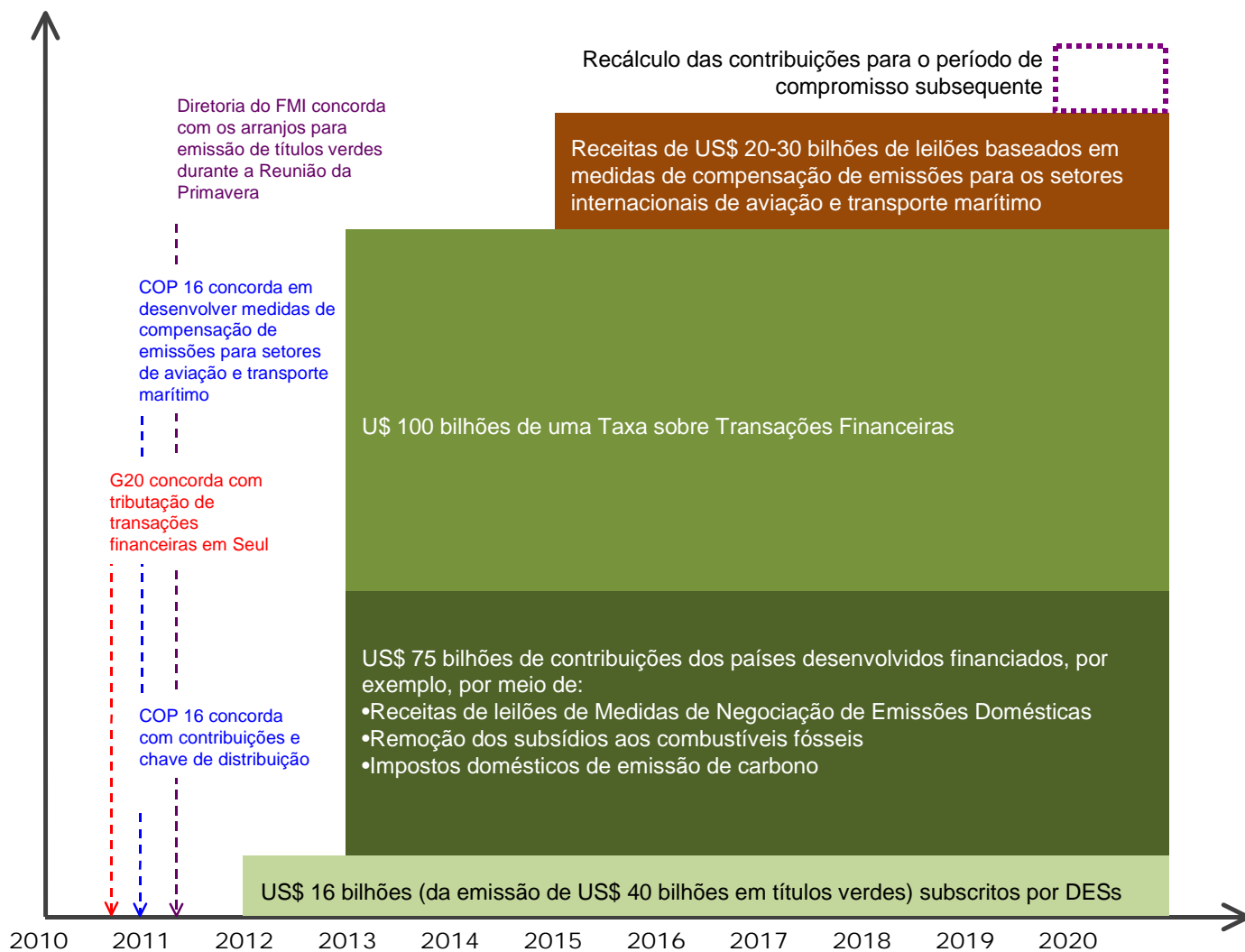
(aproximadamente US\$ 16 bilhões de um principal de US\$ 40 bilhões<sup>24</sup>).

- Existe atualmente muito interesse no uso de DESs para financiamento do clima. Uma proposta semelhante foi feita em março de 2010 em um documento de trabalho da equipe do FMI.<sup>25</sup>
- 4. US\$ 20 a 30 bilhões/ano de doações até 2015 a partir de medidas de compensações de emissões oriundas dos setores internacionais de aviação e transporte marítimo**
- As emissões desses setores não estão atualmente no seu nível máximo e vêm crescendo rapidamente. Medidas de compensações de emissões podem controlar as emissões de navios e aviões dos países ricos e gerar ao mesmo tempo receitas para financiamento do clima por meio de leilões de autorizações de emissão.<sup>26</sup>
  - Alguns progressos foram feitos em Copenhague rumo a um acordo sobre transporte internacional. O fechamento de um acordo em 2010 exigirá vontade política.

A Oxfam acredita que qualquer roteiro de financiamento do clima deverá ser baseado em contribuições proporcionais obrigatórias dos países ricos, calculadas com base em sua responsabilidade pelas emissões e capacidade de pagamento. Além dessas contribuições, os países ricos devem estabelecer certos meios inovadores de obtenção de recursos financeiros fora de seus orçamentos nacionais anuais. Como nem todas essas alternativas começarão a gerar receitas imediatamente, é necessário que um comprometimento substancial sobre as contribuições estimadas seja realizado, de forma antecipada, para começar em 2013. Se qualquer das fontes inovadoras não gerar as receitas previstas, isso terá que ser compensado com o aumento das contribuições proporcionais.

**Figura 1: A proposta da Oxfam para financiamento público do clima a longo prazo**

Receitas para UNFCCC (US\$ bilhões/ano)



# Recomendações

Até a COP-16, a ser realizada no México, em dezembro de 2010, as Partes deverão chegar a um acordo sobre um roteiro de financiamento do clima de longo prazo que:

- Especifique e garanta um nível mínimo de financiamento público suficiente para atender às necessidades de mitigação e adaptação dos países em desenvolvimento, que deverá ser de pelo menos US\$ 200 bilhões ao ano em 2020;
- Forneça recursos novos e adicionais às metas atuais de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD);
- Não inclua fluxos financeiros gerados por meio do mercado compensatório de carbono;
- Especifique e imponha um limite de não mais que um terço do financiamento público total ao uso de empréstimos preferenciais para mitigação e não permita o uso de empréstimos preferenciais para adaptação;
- Contabilize somente o componente de doação dos empréstimos a países em desenvolvimento como contribuição dos países ricos no âmbito da UNFCCC;
- Estabeleça um conjunto de fontes de financiamento dos países desenvolvidos que satisfaça os critérios de previsibilidade, de crescimento progressivo e de equidade com base na responsabilidade e na capacidade.

## Notas

- <sup>1</sup> Banco Mundial (2009), "The Global Report of the Economics of Adaptation to Climate Change Study", Washington DC: Banco Mundial.
- <sup>2</sup> Oxfam Internacional (2009) "Climate Shame: Get back to the table: Initial analysis of the Copenhagen talks", dezembro de 2009.
- <sup>3</sup> O Acordo de Copenhague é o acordo político não vinculante firmado entre um grupo de países e "observado", não endossado, pela Conferência das Partes junto à UNFCCC. UNFCCC, "Draft decision -/CP15: Copenhagen Accord", dezembro de 2009.
- <sup>4</sup> Ver <http://www.un.org/wcm/content/site/climatechange/pages/financeadvisorygroup>
- <sup>5</sup> Oxfam Internacional (2009) "Hang Together or Separately: How global co-operation is key to a fair and adequate climate deal at Copenhagen" (valores atualizados para incluir a estimativa de 2009 do Banco Mundial sobre os custos de adaptação); e Banco Mundial (2009), *World Development Report 2010: Development and Climate Change*.
- <sup>6</sup> J. Rogelj, e cols., "Copenhagen Accord pledges are paltry", *Nature*, abril de 2010; WWF International (2010) "The Copenhagen Accord: A stepping stone?"; IPCC (2007) "Climate Change 2007: The Physical Science Basis", capítulo 11.
- <sup>7</sup> UNFCCC (1992) Art. 4.3; UNFCCC (2007) "Decision 1/CP13: Bali Action Plan", 2007, §1(e); Acordo de Copenhague, §8.
- <sup>8</sup> No Acordo de Copenhague, os países desenvolvidos também firmaram um "compromisso coletivo (...) de fornecer recursos novos e adicionais (...) próximos a US\$ 30 bilhões para o período de 2010 a 2012, com alocação balanceada entre adaptação e mitigação."
- <sup>9</sup> Oxfam Internacional (2009) "Beyond Aid: Ensuring adaptation to climate change works for the poor", setembro de 2009.
- <sup>10</sup> O financiamento público consiste em fundos provenientes dos governos ou de instituições que agem em seu nome. Isso inclui recursos dos orçamentos nacionais e de fontes internacionais inovadoras projetadas para levantar recursos em nome dos governos.
- <sup>11</sup> Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, "FAO Focus: Women and Food Security", ver <http://www.fao.org/focus/e/women/sustin-e.htm>
- <sup>12</sup> Oxfam Internacional (2009) "Suffering the Science: Climate change, people and poverty".
- <sup>13</sup> UNFCCC, Art. 4, §3.
- <sup>14</sup> Oxfam Internacional (2009) "Hang Together or Separately", *op. cit.*, pp. 12–14.
- <sup>15</sup> Agência Internacional de Energia (2009) "World Energy Outlook 2009", novembro de 2009.
- <sup>16</sup> Mercado de carbono, no caso, refere-se ao mecanismo de flexibilização estabelecido pelo Protocolo de Kyoto para ajudar os países desenvolvidos a cumprir suas metas de redução das emissões adquirindo créditos, por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelas reduções nos países em desenvolvimento que compensem o crescimento de suas próprias emissões.
- <sup>17</sup> Banco Mundial (2010) *World Development Report*, *op. cit.*, p. 262.
- <sup>18</sup> Project Catalyst (2009) "Scaling up Climate Finance", setembro de 2009, p.17.
- <sup>19</sup> *Ibid.*, p. 18.
- <sup>20</sup> Comissão Européia (2009) "Towards a comprehensive climate change agreement in Copenhagen: Staff Working Document", janeiro de 2009. As estimativas de custos são de €48 bilhões para energia e indústria (sem presumir que a receita seja capturada); €18 bilhões para Redução de Emissões causadas pelo Desmatamento e Degradação das florestas (REDD); e €5 bilhões para a agricultura.
- <sup>21</sup> A OCDE calcula o componente doação ou o valor "equivalente a doação" dos empréstimos preferenciais como a diferença, em termos de valor percentual líquido, entre os fluxos de caixa do empréstimo à taxa contratual e um custo de capital de 10% nos países em desenvolvimento.
- <sup>22</sup> Por exemplo, ele pressupõe um perfil de receita linear para cada fonte em vez de tentar fazer propostas sobre como cada uma poderá ser expandida ao longo do tempo.
- <sup>23</sup> Ver <http://robinhoodtax.org.uk/>
- <sup>24</sup> O componente de doação de uma combinação de títulos verdes de 15 e 20 anos, com taxa contratual de 5% e amortização do principal no vencimento, é de aproximadamente 40% de acordo com as diretrizes da CAD-OCDE (ou seja, a diferença entre o valor presente líquido dos fluxos de caixa descontados primeiramente ao custo de capital do país em desenvolvimento, estimado em 10%, e depois à taxa de juros contratual).
- <sup>25</sup> Nota de Posição da Equipe do FMI, "Financing the Response to Climate Change", março de

2010; ver também ActionAid (2010) "Using Special Drawing Rights for Climate Finance", fevereiro de 2010; G. Soros (2009) "Using SDRs to Fight Climate Change", palestra à COP-15, dezembro de 2009.

<sup>26</sup> Oxfam Internacional (2008) "Turning Carbon into Gold: How the international community can finance climate change adaptation without breaking the bank", dezembro de 2008.

© Oxfam International, maio de 2010

Este artigo foi escrito por Tim Gore. A Oxfam agradece Robert Bailey, Jan Kowalzig, David Waskow, Antonio Hill, Tracy Carty, Nick Pialek, Stanley So, Stefanie Burgos, Colin Roche e Kate Raworth pela colaboração na elaboração deste texto. Ele faz parte de uma série de documentos preparados para alimentar o debate público sobre questões de desenvolvimento e de assistência humanitária.

O texto pode ser usado gratuitamente para fins de *advocacy*, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. O titular dos direitos autorais solicita que qualquer utilização lhe seja comunicada para fins de avaliação de impacto. Para cópia em quaisquer outras circunstâncias, reutilização em outras publicações, tradução ou adaptação, é necessário obter autorização e uma taxa poderá ser cobrada. E-mail [publish@oxfam.org.uk](mailto:publish@oxfam.org.uk).

Para obter mais informações sobre as questões abordadas neste documento, envie e-mail para: [advocacy@oxfaminternational.org](mailto:advocacy@oxfaminternational.org)

As informações contidas nesta publicação são corretas no momento da sua impressão.



**Oxfam Internacional**     [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org)

A Oxfam Internacional é uma confederação de quatorze organizações que trabalham juntas em mais de 100 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça: Oxfam América ([www.oxfamamerica.org](http://www.oxfamamerica.org)), Oxfam Austrália ([www.oxfam.org.au](http://www.oxfam.org.au)), Oxfam na Bélgica ([www.oxfamsol.be](http://www.oxfamsol.be)), Oxfam Canadá ([www.oxfam.ca](http://www.oxfam.ca)), Oxfam França ([www.oxfamfrance.org](http://www.oxfamfrance.org)), Oxfam Alemanha ([www.oxfam.de](http://www.oxfam.de)), Oxfam Grã-Bretanha ([www.oxfam.org.uk](http://www.oxfam.org.uk)), Oxfam Hong Kong ([www.oxfam.org.hk](http://www.oxfam.org.hk)), Intermón Oxfam ([www.intermonoxfam.org](http://www.intermonoxfam.org)), Oxfam Irlanda ([www.oxfamireland.org](http://www.oxfamireland.org)), Oxfam México ([www.oxfammexico.org](http://www.oxfammexico.org)), Oxfam Nova Zelândia ([www.oxfam.org.nz](http://www.oxfam.org.nz)), Oxfam Novib ([www.oxfamnovib.nl](http://www.oxfamnovib.nl)), Oxfam Quebec ([www.oxfam.qc.ca](http://www.oxfam.qc.ca))

As seguintes organizações são atualmente membros observadores da Oxfam International, em processo de afiliação plena:

Oxfam Índia ([www.oxfamindia.org](http://www.oxfamindia.org))  
Oxfam Japão ([www.oxfam.jp](http://www.oxfam.jp))

A seguinte organização é ligada à Oxfam Internacional:

Escritório de Campanha da Oxfam Internacional e Ucodep (Itália)  
E-mail: [ucodep-oi@oxfaminternational.org](mailto:ucodep-oi@oxfaminternational.org)

Para obter mais informações, escreva para qualquer das agências ou visite [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org). E-mail: [advocacy@oxfaminternational.org](mailto:advocacy@oxfaminternational.org)

Published by Oxfam International May 2010

Published by Oxfam GB for Oxfam International under ISBN 978-1-84814-274-9